



SINOPSE D.O.U.



EDIÇÃO DE 6 DE FEVEREIRO DE 2020

Atos do Congresso Nacional

Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional

Nº 1, de 2020, prorrogando pelo período de 60 dias a vigência da **MPV nº 902, de 5 de novembro de 2019**, publicada no DOU no dia 6, do mesmo mês e ano, que "Altera a Lei nº 5.895, de 19 de junho de 1973, que autoriza o Poder Executivo a transformar a autarquia Casa da Moeda em empresa pública, a Lei nº 4.502, de 30 de novembro de 1964, que dispõe sobre o Imposto de Consumo e reorganiza a Diretoria de Rendas Internas, a Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, que cria o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI, reduz para vinte e quatro meses o prazo mínimo para utilização dos créditos da Contribuição para o PIS/Pasep e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS decorrentes da aquisição de edificações e amplia o prazo para pagamento de impostos e contribuições, e a Lei nº 12.995, de 18 de junho de 2014, que prorroga o prazo para a destinação de recursos aos Fundos Fiscais de Investimentos e altera a legislação tributária federal".

Atos do Poder Executivo

Decretos **Nº 10.221, de 5 de fevereiro de 2020**, que "Institui o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica na Amazônia Legal - Mais Luz para a Amazônia".

Nº 10.222, de 5 de fevereiro de 2020, que "Aprova a Estratégia Nacional de Segurança Cibernética".

Nº 10.223, de 5 de fevereiro de 2020, que “Declara a revogação, para os fins do disposto no art. 16 da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, de decretos normativos.”.

Nº 10.224, de 5 de fevereiro de 2020, que “Regulamenta a Lei nº 7.797, de 10 de julho de 1989, que cria o Fundo Nacional do Meio Ambiente”.

Nº 10.227, de 5 de fevereiro de 2020, que “Promulga os textos dos Instrumentos de Emenda à Constituição e à Convenção da União Internacional de Telecomunicações, contidos nos Atos Finais das Conferências de Plenipotenciários de Antalya e Guadalajara”.

Nº 10.229, de 5 de fevereiro de 2020, que “Regulamenta o direito de desenvolver, executar, operar ou comercializar produto ou serviço em desacordo com a norma técnica desatualizada de que trata o inciso VI do caput do art. 3º da Lei nº 13.874, de 20 de setembro de 2019”.

Presidência da República

Despachos do Presidente
da República

Mensagem Nº 33, de 5 de fevereiro de 2020: “Encaminhamento ao Congresso Nacional do texto do projeto de lei que “Regulamenta o § 1º do art. 176 e o § 3º do art. 231 da Constituição para estabelecer as condições específicas para a realização da pesquisa e da lavra de recursos minerais e hidrocarbonetos e para o aproveitamento de recursos hídricos para geração de energia elétrica em terras indígenas e institui a indenização pela restrição do usufruto de terras indígenas”.

Ministério da Defesa

Exposições de Motivos Nº 175, de 18 de novembro de 2019: “Proposta de expansão da área de atuação do Programa Calha Norte para incorporar os seguintes Municípios do Estado do Tocantins: Palmas, Santa Rosa do Tocantins, Silvanópolis, Monte do Carmo, Porto Nacional, Lajeado, Tocantínia, Aliança do Tocantins, Crixás do Tocantins, Santa Rita do Tocantins, Oliveira de Fátima, Nova Rosalândia, Pugmil, Paraíso do Tocantins, Barrolândia, Miranorte, Miracema do Tocantins, Fátima, Brejinho de Nazaré, Ipueiras, Aparecida do Rio Negro, Pindorama do Tocantins, Novo Acordo, Ponte Alta do Tocantins, São Félix do Tocantins, Mateiros,

Lizarda, Rio Sono, Lagoa do Tocantins, Santa Tereza do Tocantins, Arraias, Combinado, Novo Alegre, Lavandeira, Aurora do Tocantins, Taguatinga, Ponte Alta do Bom Jesus, Novo Jardim, Dianópolis, Porto Alegre do Tocantins, Almas, Natividade, Conceição do Tocantins, Taipas do Tocantins, Rio da Conceição, Paranã, São Valério e Chapada da Natividade. Aprovo. Em 5 de fevereiro de 2020”.

Nº 176, de 18 de novembro de 2019: “Proposta de expansão da área de atuação do Programa Calha Norte para incorporar o Município de Alcântara, no Estado do Maranhão. Aprovo. Em 5 de fevereiro de 2020”.

Ministério da Economia

Secretaria Especial da
Receita Federal do Brasil

Instrução Normativa

Nº 1.922 de 4 de fevereiro de 2020, que “Aprova o Manual da Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social (GFIP) e a versão 8.4, de 16 de janeiro de 2020, do Sistema Empresa de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social (Sefip).”.

Ministério da Infraestrutura

Secretaria Nacional de
Transportes Terrestres

Portaria

Nº 374, de 4 de fevereiro de 2020, que “Estabelece os requisitos e os procedimentos a serem observados para fins de adesão ao programa de rotulagem veicular de segurança de que trata o Decreto nº 9.557, de 8 de novembro de 2018, que regulamenta os requisitos obrigatórios para a comercialização de veículos no País”.

SINOPSE DOU SEÇÃO I | Publicação da Confederação Nacional da Indústria - Unidade de Assuntos Legislativos - CNI/COAL Gerente Executivo: Marcos Borges de Castro | Editoração: COAL | Informações técnicas e obtenção de cópias dos documentos mencionados: (61) 3317.9588 | Assinaturas: Serviço de Atendimento ao Cliente - SAC: (61) 3317.9989 sac@cni.com.br Setor Bancário Norte Quadra 1 Bloco C Edifício Roberto Simonsen CEP 70040-903 Brasília, DF www.cni.com.br.